



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI: 52 **de** 03 **de** outubro **de** 2022.

INTERESSADO: Executivo Municipal

ASSUNTO: “INSTITUÍ O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OBSERVAÇÕES:

RESULTADO:



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000

CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 35789444 E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ofício nº. 375-A/2022 - FCML

Exmo. Senhor

JOSÉ SANDRO RODRIGUES DO NASCIMENTO

MD. Presidente da Câmara Municipal de

BARRA DO TURVO-SP

Com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o **PROJETO DE LEI Nº 52/2022**, que “**Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Erva-Mate e dá outras providências**”, para apreciação e consequente aprovação.

Sendo o que nos cumpre para o momento, enviamos nossos mais sinceros protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Município de Barra do Turvo/SP, 03 de outubro de 2022.


JEFFERSON LUIZ MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUN. DE BARRA DO TURVO
www.cmbarradoturvo.sp.gov.br

Protocolo Nº: 586/2022

Tipo: OFÍCIO

Numero: 375-A

Processo Nº: 018128102022

Data: 03/10/2022 - Hora: 09:47:56


CAROLINE KINCELER



018128102022



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

v. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000

CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 35789444 E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 344, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 52, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

“Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Erva-Mate e dá outras providências”.

JEFFERSON LUIZ MARTINS, Prefeito do Município de Barra do Turvo, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Barra do Turvo aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Considerando o Decreto Federal 4.339, de 22-08-2002, que institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade;

Considerando a Lei Federal 11.326, de 09-07-2006, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e a Lei Estadual 16.684, de 19-03-2018, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal 11.428, de 22-12-2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, bem como o seu decreto regulamentador, Decreto Federal 6.660, de 21-11-2008;

Considerando a Lei Federal 12.188, de 11-01-2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - Pronater;

Considerando a Resolução SMA 189, de 20-12-2018, que estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo;

Considerando que em imóveis rurais situados em unidades de conservação de uso sustentável, especialmente as que possuem menor porte, a erva mate pode se tornar uma importante atividade geradora de emprego e renda;

Considerando que é dever do Poder Público auxiliar e incentivar as atividades geradoras de emprego e renda, bem como a diversificação das atividades agrícolas, estimulando a permanência dos jovens no campo;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desenvolver o Programa Municipal de Incentivo à Produção de Erva Mate.

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas neste programa tem como objetivo promover a inclusão produtiva da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em áreas de uso agropecuário, silvicultural e em



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000
CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3577-1750 E-mail: desenvolvimentoeconomico@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 344, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

áreas de vegetação nativa manejada, dos pequenos produtores rurais no Município de Barra do Turvo – SP, situadas em unidades de conservação de uso sustentável da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo e na Área de Proteção Ambiental dos Rios Vermelho e Pardinho. Estimulando o desenvolvimento rural, como alternativa de melhorar a renda dos pequenos agricultores, incentivando a inclusão na cadeia produtiva da erva-mate.

Art. 3º Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE, no âmbito do município de Barra do Turvo com os seguintes objetivos:

§ 1º Possibilitar a oportunidade de trabalho e renda através da diversificação da propriedade e aproveitamento da mão de obra familiar existente;

§ 2º Possibilitar o aproveitamento de áreas de restrição ambiental, quando praticadas em sistemas agroflorestais;

§ 3º Efetuar o manejo e o adensamento dos ervais nativos aproveitando a área existente proporcionando aumento da renda;

§ 4º Possibilitar o desenvolvimento rural sustentável em imóveis rurais situados em unidades de conservação de uso sustentável, com garantias de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e equilíbrio ambiental;

Art. 4º O Município de Barra do Turvo através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, será o gestor do programa instituído pela presente Lei.

Art. 5º No âmbito deste Programa, a municipalidade incentivará as atividades preconizadas nesta Lei, com o fornecimento subsidiado de mudas de erva-mate, acompanhamento técnico, capacitações promovidas pelo organismo gestor ou mediante parcerias com outras entidades, apoio logístico e transporte com uso da frota municipal para a comercialização e apoio para a construção de estruturas de beneficiamento comunitário do mate.

Art. 6º O Município através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico promoverá reuniões, dias de campo, intercâmbios, excursões, cursos, etc. com produtores, visando informar e esclarecer sobre o plantio de erva-mate sombreada, que é cultivada entre outras vegetações, trazendo mais qualidade ao produto e visando a preservação do meio ambiente.

Art. 7º Serão beneficiados os produtores rurais que atenderem os seguintes requisitos:

I - Preencham credenciamento junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, responsável pela coordenação do Programa;

II - Sejam proprietários, meeiros, arrendatários, posseiros, dentro dos limites do município de Barra do Turvo;



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000

CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3577-1750 E-mail: desenvolvimentoeconomico@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 344, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- III – Sejam associados a associações de produtores rurais ou de moradores de bairro;
- IV – Apresentem anuência da Fundação Florestal para a prática da cultura da Erva Mate no imóvel, quando o imóvel estiver situado em unidades de conservação;
- V – Apresentem Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- VI - Adotem técnicas adequadas de manejo do solo, conforme orientação dos técnicos da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico ou de entidades parceiras;
- VII - Apresentem comprovação de venda de produção agropecuária, através de nota do produtor rural;
- VIII - Possuam Nota de Produtor Rural ou Declaração de Aptidão ao PRONAF;

Parágrafo único. Os casos que não se enquadrarem nos critérios estabelecidos, e somente esses, serão analisados pelo CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), que emitirá documento atestando que o beneficiado é produtor rural e desenvolve atividades agropecuárias.

Art. 8º O produtor rural beneficiado pelo Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Erva-Mate que trata essa Lei se compromete a:

- I - Efetuar o plantio das mudas e zelar pelo seu crescimento saudável;
- II – Implementar no mínimo 0,5 hectare de erval;
- III - Seguir as orientações da assistência técnica no que se refere ao controle de qualidade em campo e pós colheita;
- IV - Participar de reuniões, dias de campo, intercâmbios, excursões, cursos, etc. promovidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Ocorrendo desvio de finalidade comprovado ou má fé, o agricultor beneficiado perderá o direito a atendimentos futuros;

Art. 9º O Município assegurará que pelo menos até 30.000 (trinta mil) mudas sejam subsidiadas anualmente, podendo este número ser ampliado ou reduzido, caso existam demanda e/ou recursos financeiros disponíveis.

Art. 10º O Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, poderá realizar vistoria, sem aviso prévio, na propriedade do Produtor beneficiado para verificar a correta aplicação do incentivo.

Parágrafo único. Caso o parecer conclua pelo mau uso do incentivo recebido, o produtor beneficiado será notificado no sentido da devolução do valor recebido ao erário, corrigido



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000
CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3577-1750 E-mail: desenvolvimentoeconomico@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 344, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

monetariamente, no prazo de noventa dias após a notificação, sob pena de constituir o devedor em mora.

Art. 11º Para fazer jus ao benefício o agricultor deverá realizar inscrição junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, onde deverá, também, assinar termo de adesão ao programa, no qual serão expressamente definidos os compromissos assumidos, requisitos, prazos de execução e demais obrigações a serem cumpridas.

Art. 12º Ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico a criação e divulgação de um símbolo que represente o cultivo da erva-mate sombreada.

Art. 13 º O Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Erva-Mate deverá ser incluída no plano de metas do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 14 º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 15 º As disposições da presente Lei ficam inclusas no Plano Plurianual de Investimento e LDO do presente exercício.

Art. 16 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Barra do Turvo/SP, 03 de outubro de 2022.


Jefferson Luiz Martins
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000

CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3577-1750 E-mail: desenvolvimentoeconomico@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 344, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barra do Turvo,
Excelentísimos (as) Senhores (as) Vereadores (as).

Tenho a honra de encaminhar a Vossas Excelências, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, nas conformidades das justificativas a seguir apresentadas e,

Considerando que a espécie vegetal *Ilex paraguariensis*, popularmente conhecida como erva-mate, erva-chimarrão, congonha, chimarrão, tereré, tererê ou simplesmente mate, é espécie endêmica da região subtropical da América do Sul e com ocorrência nativa restrita aos Estados do Sul do Brasil e região do Planalto do Rio Turvo, no município de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.

Considerando que o incentivo à atividade ervateira é capaz de agregar grandes benefícios econômicos, sociais e ambientais para o município, considerando que a atividade é considerada sustentável e capaz de viabilizar economicamente a manutenção de remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata-Atlântica, bem como a recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

A justificativa consiste em ações para o desenvolvimento e promoção da inclusão produtiva da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em áreas de uso agropecuário, silvicultural e em áreas de vegetação nativa manejada, dos pequenos produtores rurais no Município de Barra do Turvo – SP, situadas em unidades de conservação de uso sustentável da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo e na Área de Proteção Ambiental dos Rios Vermelho e Pardinho. Estimulando o desenvolvimento rural, como alternativa de melhorar a renda dos pequenos agricultores, incentivando a inclusão na cadeia produtiva da erva-mate.

Pela consideração acima exposta, encaminhamos o referido Projeto de Lei na expectativa de sua aprovação pelos nobres Edis dessa colenda Casa de Leis.

Município de Barra do Turvo/SP, 03 de outubro de 2022.


JEFFERSON LUIZ MARTINS
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000
CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3577-1750 E-mail: desenvolvimentoeconomico@barradoturvo.sp.gov.br



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO
Av. 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP
CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444 – R. 39
juridico@barradoturvo.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO

Procuradoria Jurídica do Município de Barra do Turvo - SP

Parecer nº205/2022

Solicitante: Secretaria de Administração

Ref: Memorando nº285/2.022

*PROJETO DE LEI – PROGRAMA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA
ERVA-MATE – UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL –
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – LEI FEDERAL
nº9.985/2000.*

I – RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Jurídico acerca do Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Erva-Mate e dá outras providências, conforme Memorando nº285/2022 encaminhado pela Secretaria de Administração.



II - FUNDAMENTAÇÃO

• Do Parecer Jurídico

Preliminarmente, importante salientar que o exame da Procuradoria Municipal cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência constitucional e legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual **não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes**¹.

Neste aspecto, o Procurador Municipal aponta eventuais riscos do ponto de vista jurídico, e recomenda as medidas que entender necessárias;

Cumprе destacar que, a análise dos atos e procedimentos administrativos abrange aspectos técnicos jurídicos, sendo que os demais órgãos atuantes no referido encadeamento devem observar as atribuições e responsabilidades que lhes são afetas (documentos, pesquisas, laudos, manifestações etc), dentro de sua esfera de competência, nos termos da constituição, leis e das normas administrativas;

Por fim, cabe esclarecer que o parecer técnico jurídico entende-se em **não ser vinculante para a autoridade administrativa em acatar as observações/orientações/correções apontadas pelo procurador do município**, exceto, por seu turno, quando o órgão técnico jurídico apontar a existência de vício formal ou material que desaconselhe a prática do ato². Nesta hipótese, eventual prosseguimento do feito, em dissonância com o teor do parecer jurídico, é de única e exclusiva responsabilidade da autoridade administrativa, sendo certo que a autoridade pode, após correção do ato apontado, se for de seu entendimento, devolver para novo parecer complementar, ou ainda, corrigir de ofício e prosseguir com o feito.

¹ Esse achado foi sintetizado no *manual de boas práticas consultivas da AGU*: “o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade”.

² STF – 2ª Turma – MS 29137 e MS 35196 de 14/11/2017.



• **Das Unidades de Conservação – Uso Sustentável**

Analisando-se o Projeto de Lei em questão, nota-se que a exploração da Erva-Mate ocorrerá em Unidade de Conservação de Uso Sustentável – Área de Proteção Ambiental.

As Unidades de Conservação são descritas pela Lei Federal nº9.985/2000, dividindo-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Conforme artigo 7º, §2º desta Lei, “*O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.*”

A Área de Proteção Ambiental, espécie de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, conceitua-se como:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Logo, por se tratar de uma Unidade de Conservação de **Uso Sustentável**, deve-se ser compatibilizado a sua proteção ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais, como a Erva-Mate, por exemplo.



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO
Av. 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP
CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444 – R. 39
juridico@barradoturvo.sp.gov.br

• **Da Competência Municipal**

Ademais, não há dúvidas de que compete ao Ente Municipal combater o desemprego, a pobreza e a desigualdade social, através de apoio e fomento.

A Constituição Federal estabelece a competência material comum de todos os Entes Públicos, nos seguintes termos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Da mesma forma, a Lei Orgânica Municipal estabelece que:

Art.5º Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar da sua população cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

*XXIII- promover e incentivar o turismo e a **indústria local** como fator de desenvolvimento social e econômico;*

Logo, através do Projeto de Lei ora analisado, o Município irá **incentivar e fomentar** a produção e desenvolvimento da Erva-Mate, gerando renda e empregos para os munícipes.



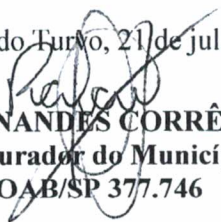
MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO
Av. 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP
CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444 – R. 39
juridico@barradoturvo.sp.gov.br

III - DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, entende-se pela possibilidade jurídica do Projeto de Lei, nos termos da fundamentação supra.

É o parecer, que submeto à análise de Vossa Senhoria, com o entendimento acima esposado.

Município de Barra do Turvo, 21 de julho de 2022.


RAFAEL FERNANDES CORRÊA DA SILVA
Procurador do Município
OAB/SP 377.746



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304 – Centro – Barra do Turvo/SP

E-mail: contabilidade@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000

Fone: ☎(015) 3578-9444

RELATÓRIO TÉCNICO DE IMPACTO FINANCEIRO

Em atenção ao **Memorando nº 284/2022-VLS** (Secr. de Administração) que versa sobre o Projeto de Lei que “Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Erva-Mate...”, venho por meio desta, apresentar Relatório Técnico-Financeiro sobre o impacto da criação do Programa:

Considerando que este Programa não indica recebimento de Recursos de outras esferas de Governo (Estadual ou Federal) e nem vinculação de Recursos do Município;

Considerando que a Municipalidade participará através de acompanhamento técnico e fomento de atividades de capacitação dos produtores e da aquisição dos insumos necessários;

Considerando que há dentro do Orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico dotações específicas para a área de Agricultura, e deste modo irá cumprir (caso necessário serão suplementadas) com as demandas do Programa.

Deste modo, damos o **Parecer favorável** à instituição do Programa, tendo em vista da vocação econômica do Município que tem a Agricultura como principal fonte de geradora de renda e emprego.


Moacir Lourenço de França Jr.
Contabilista – CRC 1SP220360/O-1